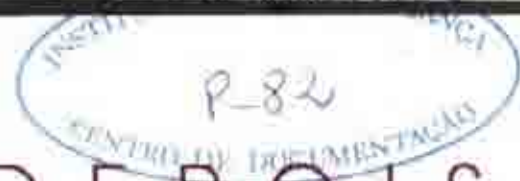
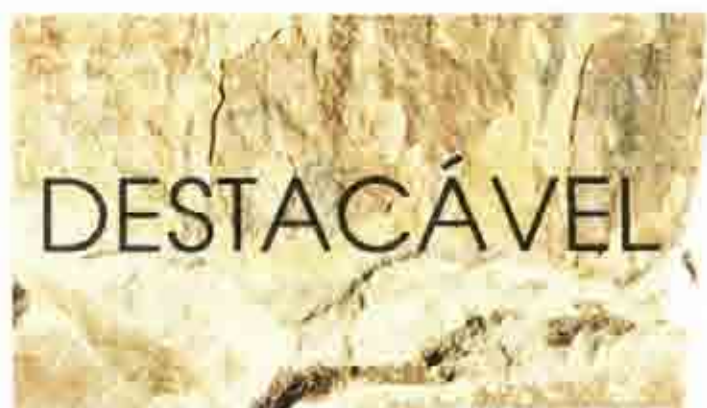




Boletim do IAC

Instituto de Apoio à Criança

Nº22 ♦ NOVEMBRO/DEZEMBRO 1992 ♦ BIMESTRAL



EDITORIAL

Há um ano, dizíamos em editorial deste Boletim que era preciso limpar as florestas para evitar o fogo. Há um ano, falávamos de Timor, da Jugoslávia, de África, ainda não falávamos da Somália, nem das crianças da Bósnia. Porque não adivinhávamos, nem queríamos prever, que, um ano passado é tudo o que então referíamos como calamidade com que era urgente acabar — continuava, agravado, como agravada estava a situação da criança, cada vez mais no centro dos conflitos, cada vez mais vítima de um flagelo. E, pior que tudo ainda, usada: à sua inocência natural juntaram-se os ingredientes da aventura misturados com as querelas étnicas — e aí tínhamos pequeninos guerreiros, temíveis na sua cegueira. — infantil.

UM ANO DEPOIS

Estas referências não servem para assinalar mais um Natal. Também não são, nos conflitos, o nosso contributo único nos auxílios necessários. Não chegam a ser um alerta, porque alertas são dados no mundo inteiro ao mundo inteiro, embora até pareça que vivemos num mundo de surdos.

As nossas palavras, a nossa memória, remetem para uma presença que queremos manter. Porque queremos a criança o mais possível criança — para poder chegar a ser homem e mulher.



A POBREZA INFANTIL EM PORTUGAL

UM projecto promovido pela UNICEF para conhecimento da "Pobreza e privação das crianças nos países industrializados", através da análise de dados relativos a 30 países, entre os quais o nosso, determinou a organização, em Junho de 1990, de uma edição sobre a pobreza infantil em Portugal, da autoria de Manuela Silva.

Com o objectivo de investigar o impacto do crescimento económico

e da política económica e social dos últimos 40 anos (1950-1988), sobre a evolução do bem-estar da criança, nomeadamente na perspectiva da privação e da exclusão social, é assumida nesta obra, intitulada precisamente *A Pobreza Infantil em Portugal*, a hipótese de a pobreza ser basicamente um produto da economia e da sociedade e estar, portanto, mais ligada a factores económicos e políticos do que às características individuais dos próprios pobres.

De facto, é salientado na Introdução, "o fenómeno do empobreci-

mento tem sempre a sua origem em bases estruturais e está relacionado com as políticas sociais e económicas do país".

A privação social que afecta as crianças, recorda-se como tema a tratar profundamente ao longo da obra, "é o reflexo do empobrecimento das famílias e está ligada não só à precariedade dos recursos de que dispõem como a outros factores de risco que as afectam".

O estudo objecto do livro teve de obedecer, acentua a autora, à orientação do projecto colectivo da UNICEF, mas teve em conta as especificidades da situação portuguesa. Os resultados das pesquisas feitas para a elaboração da obra estão distribuídos ao longo de 11 capítulos, no primeiro dos quais é apresentada uma análise global da pobreza infantil em Portugal, a sua extensão e as principais características, sendo dada especial atenção aos riscos da reprodução da pobreza, se as carências que afectam hoje a criança não forem erradicadas.

A este capítulo, "Crianças pobres, o que significa?", segue-se um outro, dedicado a um balanço das três décadas de crescimento económico, chegando-se à conclusão de que não existe uma relação unívoca entre crescimento económico e progresso social no que diz respeito à população infantil.

FACTORES DEMOGRÁFICOS E EDUCAÇÃO

"Factores demográficos que afectam o bem-estar das crianças. Estrutura e composição da família" é o tema do capítulo 4, onde são analisados os factores que podem ser relevantes para o bem-estar da criança, como, por exemplo, a estrutura familiar e a dimensão da família e as suas tendências, para se concluir que o modelo demo-

gráfico português está a aproximar-se dos outros países industrializados da Europa e que a família Portugal conhece uma mutação acelerada.

A saúde e a educação são tratadas nos capítulos 5 ("A saúde e sobrevivência da criança") e 6 ("Níveis de instrução, Insucesso escolar e abandono da escola"), a partir dos quais uma análise diacrónica permite afirmar que, em média, se verificou um progresso considerável ao longo dos 40 anos cobertos pelo estudo.

A política social e o seu impacto sobre o bem-estar da criança e da família é o tema do capítulo 7, onde se mencionam, por exemplo, a evolução da despesa pública e das realizações públicas na área da segurança social para as crianças e jovens.

A delinquência juvenil, a inadaptabilidade social, as distúrbios sociais que podem não estar directamente ligadas a situações de privação económica, são, no entanto, abordadas no capítulo 8, uma vez que constituem frequentemente o reflexo de graves condições económicas e de pobreza.

A crise económica dos anos 80 e os efeitos das chamadas políticas de estabilização sobre o bem-estar da criança são objecto de capítulo 9, para, no capítulo seguinte, "criança e o trabalho", ser analisada uma das consequências da crise económica, na sequência da qual se verificou um aumento do número de crianças no mercado de trabalho, fenómeno que atinge nos nossos dias uma dimensão preocupante e constitui uma das formas de multiplicação da pobreza no futuro.

Finalmente, uma síntese do problema da pobreza infantil e algumas reflexões que podem servir de base para a elaboração de propostas de acção são apresentadas no último capítulo de uma interessante e útil obra. ■



BOLETIM DO IAC
Nº 22
NOVEMBRO/DEZEMBRO
1992
director
Matilde Rosa Araújo
coordenação
Grupo Técnico do IAC
Antonio Torrado
Clara Castilho
Leonor Santos
edição
Instituto de Apoio à Criança
Largo da Memória, 14
1300 Lisboa
concepção gráfica
e produção
Joana Imaginário
pré-impressão
Roseta, Lda.
impressão
Minerva do Comércio
Depósito Legal
Nº 44475/91
tiragem
3000 ex.

BRINCAR É UM ACTO SÉRIO

LEONOR SANTOS

NO Natal, somos seduzidos pela enorme variedade de brinquedos, engenhosos e cintilantes, que enchem as montras. Temos vontade de os levar todos para casa.

A publicidade procura convencer-nos da excelência de tal

A falta de informação lúdica e educativa contribui também para este tipo de compra indiscriminada. Estamos, sem dúvida, perante um problema.

Se bem que haja que responder aos interesses da criança, não é necessário satisfazer-lhe todos os desejos, mas sim propor-lhe novos interesses, de preferência mais

sua personalidade, o estilo de personalidade e da sua inteligência social" (Natália Pais).

Há brinquedos que estimulam a descoberta do brincar pelo prazer do acto lúdico, outros exercitam a imaginação e o jogo simbólico, tipo faz-de-conta, outros favorecem o raciocínio, como o dominó, outros desenvolvem a destreza manual e a coordenação de movimentos de precisão, como as construções de blocos. Por último, os jogos de regras, que incentivam a colaboração e a cooperação com o outro.

No fundo, o que devemos pensar em comprar são brinquedos para as nossas crianças de acordo com a idade, levar em conta a personalidade da criança, respeitando a etapa de desenvolvimento em que se encontram, adequando os brinquedos às suas necessidades.

Importante é também ter em conta que a criança cresce globalmente e não só em um todo, necessitando de ser estimulada em todas as suas capacidades: psicomotoras, intelectuais e sócio-afectivas, através dos brinquedos adequados.



brinquedo, que é o melhor, o mais didáctico, aquele com que os nossos filhos mais irão aprender. Então na época do Natal, a publicidade sobre brinquedos na televisão redobra de esforços, podendo ser considerada o "programa" de que as crianças mais gostam.

Estas, sem critério de escolha, pedem qualquer brinquedo, sendo muito difícil aos adultos ignorarem tal solicitação, acabando por lhes satisfazer as solicitações,

adequados.

Para isso é necessário que os pais tenham opinião sobre o tipo de brinquedos que devem dar aos seus filhos.

A IMPORTÂNCIA DA ESCOLHA

"O brinquedo não é para a criança um acessório supérfluo, mas sim um elemento essencial e indispensável às actividades de que dependem o seu desenvolvimento psíquico, a formação da

a cada uma delas.

Há pois que considerar não é por comprarmos muitos brinquedos que estamos a favorecer a criança. Pelo contrário, estamos a contribuir para que seja desorientada, caprichosa e pouco imaginativa.

Brincar é um acto sério que reflectir mais sobre os brinquedos que compramos às nossas crianças. |

CRIANÇAS SOBREDOTADAS

MANUELA DA SILVA ESTEVES

HÀ crianças que não se “encaixam” no sistema educativo dito normal. Nem sempre é fácil descobrir o porquê desta situação. Se, por um lado, o sistema educativo procura abranger todas as crianças, tenta estabelecer-se nos locais mais recônditos, adopta novos currículos, faz um esforço para se modernizar e se (re)equipar, investe numa nova atitude do professor perante a criança, o que se observa é que sempre parece haver crianças que resistem, que se desinteressam, que se aborrecem interminavelmente, fogem física ou mentalmente — e/ou, afinal, não reconhecem à escola grande utilidade.

O acesso fácil, quer por via directa quer por via mediática, a informação diversificada e a estímulos de capacidades por via lúdica, terá reduzido a escola a um mero local de convívio, de socialização, uma vez que perdeu todo o estatuto de fonte única de saber. Muitos currículos e materiais, infantilizantes e cada vez menos exigentes, insistindo sempre no aspecto lúdico, podem, com o tempo, vir a revelar-se, para a criança, como uma larga sensação de perda de tempo e de um “marcar passo”, que leva inevitavelmente a um desgaste do indivíduo, tornando-o vulnerável a atitudes de rejeição, quer através de manifestações de agressividade gratuita quer apresentando indícios de apatia e de desmotivação.

O reconhecimento por parte dos familiares e dos docentes de que a criança não está satisfeita, de que está “desaproveitada”, que parece estar a retroceder quer na aprendizagem propriamente dita quer no gosto pela aquisição de novos conhecimentos, vem criar o ciclo vicioso da culpabilização do sistema ou do ambiente familiar respectivamente.

Mas, afinal, o que se passa com estas crianças? De que necessitam elas? O que fazer para remediar



estas situações? Como reconhecer os sintomas para eficazmente prevenir o aparecimento destas manifestações negativas.

Não é fácil responder a estas perguntas, pelo simples facto de que não há um grupo específico estereotipado que permita uma identificação imediata. O que talvez possa ser dito de forma rápida e que parece ser comum a todas estas crianças é que elas exigem outra coisa. Sem o saberem, são exigentes porque querem algo de diferente. Elas próprias são diferentes e depressa se aperceberão desse facto, o que lhes causará grande angústia e por isso frequentemente violentam-se a si próprias na tentativa vã de serem “como os outros”.

Necessitam simplesmente de algo extremamente difícil — que a mentalidade social se altere de modo a aceitar a diferença; reconhecer a individualidade, estimular a potencialidade de cada um e oferecer igualdade de oportunidades.

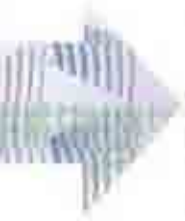
Exigentes como são, distinguem bem a teoria da prática. Se não encontram nos pais, familiares e amigos, nos professores e no sistema, nos valores transmitidos socialmente, essa correspondência, então a confusão e a desilusão substituem a lógica por que se regem. Se por outro lado são

crianças criativas, precisam do seu próprio tempo e espaço para porem em prática a sua imaginação. O que nem sempre está em sintonia com o tempo e o espaço preconizado pelo educador e legislador.

Se se trata de uma criança com potencial para a comunicação ou psicomotricidade, a valorização destas características não deverá ser descurada para que a frustração se não acumule a mais tarde não se manifeste em atitudes de hostilidade. Quando a criança sabe bem o que quer, encontra em si próprias as soluções para os problemas e os apresenta com convicção, grande cuidado deve existir na ajuda à criança para ouvir os outros, aprender a comunicar correctamente, de forma a evitar-se que a intolerância se apodere dela e lhe venha a criar graves problemas sociais.

Crianças que apresentam os sintomas acima alorados são as que estão em maior dessintonia com o esquema educativo e normalmente começam a adquirir o estatuto de “casos difíceis”. Antes, porém, de serem rotuladas irremediavelmente, abrindo uma enorme brecha no seu autoconceito que dificilmente se fechará ao longo de toda a vida, sejamos despreconceituosos observadores, mais preocupados em objectivamente encontrar as características individuais da criança,





apoiarmos o seu potencial e criarmos para ela um ambiente de total e quanto-mais-diversificada-melhor liberdade de ser como é, ao mesmo tempo que se ajuda a harmonizar as diversas capacidades ao ritmo próprio do seu desenvolvimento.

Estas crianças não “encaixam” no sistema educativo dito normal, repetimos. Precisam de um ambiente diferente, extra, de preferência exterior ao edifício escolar, pelo menos enquanto esta não for capaz de aligeirar a carga negativa que transporta. Precisam que os educadores (pais, principalmente) sejam alertados e orientados na forma correcta de os educar.

Independentemente de serem crianças com um potencial acima da média, mas talvez precisamente por isso, é que necessitam de maior atenção, porque de facto sabem exigir sofrendo muito com a sua condição de diferentes. Ao mesmo tempo que, castigando-se, inconscientemente castigam os outros (e a comunidade) com as suas atitudes, com o desperdício das suas capacidades, quando não com um aproveitamento anti-social dessas mesmas capacidades. Por este facto apenas, a própria mentalidade social pode e deve ser responsabilizada.

No CPCIL — Centro Português para a Criatividade, Inovação e Liderança —, uma associação de pais e professores, procura-se de há cinco anos a esta parte não só divulgar as necessidades destas crianças com potencialidades (normalmente designadas por sobredotadas) através de acções de sensibilização em escolas, organizando anualmente uma conferência internacional, como proporcionar a crianças e jovens ao longo do ano ou em férias programas específicos para o desenvolvimento harmonioso, e também aconselhar a orientar os pais e educadores na educação e desenvolvimento das crianças sobredotadas. ■

1994 — ANO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA ACTUEMOS JÁ!

PARA “construir a mais pequena democracia no coração da cidade”, a Assembleia Geral das Nações Unidas, na sua resolução 44/82, de 8/12/89, proclamou 1994 como Ano Internacional da Família. O tema para esse ano é: “Família: capacidades e responsabilidades num mundo em transformação”.

Portugal — embora não integre a Comissão de Desenvolvimento Social das Nações Unidas, Forum da ONU em Viena que se ocupa da família — teve, desde o primeiro momento, uma acção emperaliente o Editorial do nº 0 do boletim *Família e Notícia* da Direcção Geral da Família, que desde 1983 representa Portugal na Comissão da ONU com o estatuto de observador.

Em 1987, o nosso país, juntamente com a Polónia e a República Federal Alemã, foram proponentes do estudo da via da proclamação do Ano Internacional da Família, de cujo desfecho resultou a proclamação pela Assembleia Geral da ONU de 1994.

Em desdobrável da Comissão para o AIF, são indicados os principais objectivos e programa da iniciativa, bem como explicado o significado do logotipo emblema oficial do Ano Internacional da Família, criado por Catherine Littage-Rollier: um coração protegido por um anel unido a outro coração para simbolizar o amor num lar, onde se encontra conforto, ternura, segurança, companhia e tolerância.

Para um Ano Internacional da Família todos são convidados a colaborar, lembra o Conselho Executivo do AIF (Direcção Geral da Família, Praça de Londres, 2-5º, 1091 Lisboa Codex — telef. 847 04 89 30 05), disponível para prestar esclarecimentos e recolher sugestões.



CML EDITA REVISTA

“LISBOA ACÇÃO SOCIAL”

DAR expressão pública a intervenção social na cidade de Lisboa é o propósito da revista editada pelo pelouro de Acção Social da Câmara Municipal de Lisboa, cujo nº 1 está agora em distribuição.

Com periodicidade trimestral, “Lisboa Acção Social” apresenta neste número com um artigo da sua directora, Rosa Maria Sampaio, “Famílias comunitárias — Desafio à articulação interinstitucional”, onde é analisada a necessidade de criar equipas multidisciplinares e interinstitucionais “que acordem uma estratégia integrada de acção”.

Além do artigo de abertura, “Lisboa Acção Social” inclui um conjunto de artigos ligados à problemática da cidade, fazendo-se eco de muitas iniciativas e projectos.

OS JOGOS NO MEDITERRÂNEO

CONTRIBUIÇÃO para a identificação e reflexão das práticas lúdicas nos países do Mediterrâneo, o encontro, cujo objectivo se centrará no estudo das actividades lúdicas das crianças, numa visão comparativa em função das referências espaciais e históricas, realiza-se nos dias 13, 14 e 15 de Janeiro, na Fundação Gulbenkian, em Lisboa.

Manuela Fanes, Jorge Crespo, Carlos Neto, Natália Pais e Leonor Santos integram a Comissão Organizadora, de cuja Comissão Executiva fazem parte, além de Leonor Santos e Carlos Neto, Fernanda Pinto. O Secretariado é na sede do IAC (Largo da Memória, 14, 1300 Lisboa), onde poderá ser prestada qualquer informação sobre o Encontro.

Um *dépliant* foi já distribuído e dele constam os temas e seus autores, horários, normas de participação, bem como um destacável para a respectiva inscrição.



BRINQUEDO DE HOJE E DO AMANHÃ

EM MOSCOVO, COM O IAC

NA segunda quinzena de Agosto último, realizou-se em Moscovo uma conferência/feira internacional, sob o lema genérico "Brinquedo de Hoje e do Amanhã". Por Portugal, enquanto membro da Associação Internacional de Ludotecas, esteve presente Natália Pais, que apresentou a comunicação "O IAC na Defesa do Direito de Brincar — Dinamização das Ludotecas em Portugal".

Organizada pelo Instituto de Novas Tecnologias, através do Departamento de Educação de Moscovo, este encontro internacional foi ainda marcado pela abertura da primeira ludoteca instituída na Rússia, constituindo importante pólo de debate entre educadores, fabricantes e pais.

Um olhar novo sobre os ambientes de laser e o estabelecimento de uma ponte para incremento do comércio de brinquedos entre o Ocidente e o Leste, a feira/conferência abordaria temas como "Ludotecas do futuro"; "Brinquedos na educação — novos aspectos da aprendizagem" e "Aspectos de produção e comércio dos brinquedos".

NOVO BOLETIM

DIÁLOGO ENTRECULTURAS

DIÁLOGO *Entreculturas* é um boletim dirigido a professores e alunos, que o seu director, Vítor Feytor Pinto, deseja integrar num "clube de amigos", onde todos se "sintam bem" para "conversar e descobrir os caminhos que dão rosto à sociedade justa e fraterna que queremos construir".

Órgão do Secretariado Coordenador dos Programas de Educação Multicultural (SCOPREM), a publicação lançou o seu nº 1 em Junho passado e pretende, ainda segundo o seu director, "ser um espaço de encontro, de partilha e de entreaajuda".

Este primeiro número inclui excertos do Despacho Normativo nº 63/91, que cria o SCOPREM, e enuncia as tarefas do Secretariado; um mapa que ilustra a multiculturalidade na escola (1º ciclo), além da divulgação do seminário "Escola e Sociedade Multicultural", realizado em Março/Abril passado.

DEFICIÊNCIA DE CRESCIMENTO TEM ASSOCIAÇÃO

Os doentes diagnosticados e tratados são apenas uma parte muito reduzida do número total de doentes com problemas de crescimento. É preciso consciencializar as autoridades da saúde portuguesas para esta realidade, salienta a Associação Portuguesa de Defesa das Crianças com Deficiências de Crescimento (APROCRESCCE) como um dos objectivos da sua actividade.

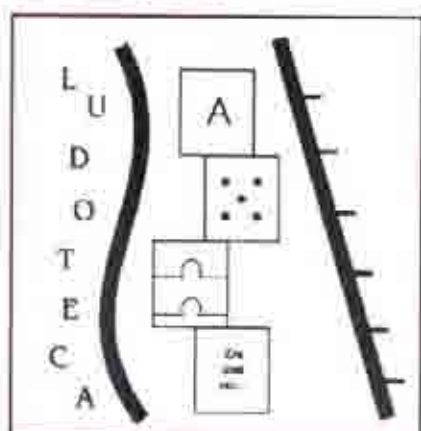
Criada no corrente ano, esta associação de índole científica com fins não lucrativos, é membro da Federação Internacional de Crescimento e da Federação Europeia de Crescimento e constituída por sócios, efectivos e honorários, cujos direitos e deveres estão regulados pelos respectivos estatutos.

Faz parte da actividade da APROCRESCCE: dar conhecimento à administração pública dos problemas médicos, legais e sociais e solicitar soluções segundo o tipo de deficiência de crescimento; realizar e promover campanhas de esclarecimento e educação junto da opinião pública, para divulgar todos os aspectos que se relacionem com deficiências de crescimento; ajudar e apoiar os doentes e suas famílias em todos os problemas quer médicos quer psicológicos que as doenças trazem consigo com vista à integração social; conseguir das autoridades um programa especial de assistência psicológica aos doentes; oferecer toda a colaboração a todos os programas de investigação que se relacionem com a melhoria de saúde dos doentes com deficiência de crescimento.

A sede da APROCRESCCE é em Queijas, na Rua Diogo Bernardo nº 4 (freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras).

EM CASTELO BRANCO
NA ESCOLA SUPERIOR
DE EDUCAÇÃO

NASCEU UMA LUDOTECA!



“**A** animação lúdica é uma forma de intervenção educativa”, lê-se num sugestivo folheto que anuncia a inauguração da Ludoteca da Escola Superior de Educação de Castelo Branco (ESECD), que decorreu nos dias 11 e 12 de Novembro passado.

Na sessão de abertura, houve lugar para uma comunicação de Carlos Neto, tendo participado com outras intervenções, pelo IAC, Leonor Santos e Natália Pais, que abordaram o tema “Funcionamento de Ludotecas”.

Com um horário das 9h00 às 16h30, de terça a sábado, a nova ludoteca pode ser utilizada pela ESECD — com grupos de crianças de turmas de Práticas Pedagógicas, em aulas, *ateliers* e seminários —, ou pelo público em geral (crianças individualmente ou em grupo).

O Regulamento estabelece objectivos, recursos e normas de funcionamento. Nestas últimas, informa-se que a ludoteca se destina a crianças dos 3 aos 12 anos, cuja inscrição é feita, no primeiro dia que ali se deslocam, pelo encarregado de educação, mediante o pagamento de uma quota simbólica anual.

Previstas estão ainda actividades de animação fora do horário de funcionamento da ludoteca, que serão anunciadas através dos meios de comunicação.

A Ludoteca da ESECD tem os apoios da Fundação Calouste Gulbenkian, Coordenação da Área Educativa e Câmara Municipal de Castelo Branco.

SONHAR A EUROPA AOS BOCADINHOS

TUDO A POSTO PARA POITIER



O projecto “As Crianças Sonham a Europa” já tem logotipo, escolhido pelas delegações da Bélgica, França, Inglaterra, Irlanda, Itália e Portugal. O resultado da escolha foi conseguido após animado concurso, com disputa acesa entre os logotipos português e belga. Por um ponto, acabaria por vencer o da Bélgica, da autoria de Mean Vanessa, que tão bem representou a essência do projecto.

Esta e muitas outras informações estão no 3.^o *Boletim Informativo* do projecto, que conta “um bocadinho do encontro de Lisboa”, que “... foi assim”. E segue-se o relato de como chegaram as delegações participantes, em Outubro, os objectivos do trabalho, tanto para as crianças como orientadores pedagógicos, a selecção dos temas que os representantes de cada país traziam para “servir de fundamento ao guião do espectáculo de 20 de Junho de 1993”.

PAÍSES E TEMAS NO ESPECTÁCULO

O Grupo de Gestão do Projecto (GEP), entretanto constituído, determinou já objectivos: definir o orçamento global do projecto, dando especial ênfase ao espectáculo de Junho no Futuroscope; definir indicadores de avaliação; negociar com o responsável da Fédération de Ouvres Laiques, presente no en-

contro, o alojamento da repartição e dos acompanhantes.

Na cidade imaginária da Europa existem quatro bairros, um com as suas diferenças e particularidades. Num deles, o racismo entre ingleses e portugueses, as diferenças étnicas tratadas entre irlandeses e portugueses. No outro, a poluição e as novas tecnologias. O assunto de discussão entre nós e franceses. Num outro ainda a pobreza vai ser assunto para portugueses, de novo, e franceses. Finalmente, a comunicação é necessária para italianos e franceses.

Entre as propostas de animação conta-se a de Portugal, que se trata da dinamização de um concurso-cancção, bem como de um projecto para comunicação entre todos, intitulado “Descoberta de Um Mundo Especial”, que consiste em cada criança escolher um correspondente, que ficará a “seu cargo” com uma lista de nomes, idades, profissões, escolar e moradas enviadas para o GEP, torna-se possível proporcionar às crianças em contacto umas com as outras.

O Projecto, por agora, desfolha-se. Com um: “Até breve, Com a continuação de bons sonhos!”



B R E V Í S S I M A S

- NA AULA MAGNA DO ISCTE, organizado pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e pela Associação para o Planeamento da Família, as 1^{as} Jornadas de Saúde Sexual e Reprodutiva em Lisboa tiveram lugar em Novembro, nos dias 5 a 7.
- ORGANIZADO PELO NINHO, realizou-se nos dias 23, 24 e 25 de Novembro o I Seminário Internacional "Prostituição: Da exclusão à reinserção social".
- EM FÁTIMA, de 1 a 4 de Dezembro, teve lugar o 7^o Encontro Nacional de Pastorais da Saúde com o tema: "Comunidades Terapêuticas e Unidades de Acolhimento".
- NA FIL, de 3 a 6 de Dezembro, foi a Festa da Criança – Recreio 92.
- REABILITAÇÃO 90-92 foi o tema de um encontro em Braga, nos dias 8 e 9 de Dezembro, organizado pelo Secretariado Nacional de Reabilitação.
- A II EXPOSIÇÃO FORUM ESTUDANTE/Juventude'92, realizou-se de 16 a 20 de Dezembro na FIL, com organização do Centro Universitário Padre António Vieira, através do Centro de Informação Forum Estudante.
- O IAC E O GOVERNO CIVIL DE COIMBRA assinaram um protocolo como resultado da atribuição de um subsídio de 1000 contos, destinados às actividades do núcleo do IAC na cidade, para a defesa dos direitos da criança.
- CRESCER EM SEGURANÇA, encontro nos dias 9, 10 e 11 de Dezembro, na Aula Magna da Universidade Clássica.
- A CRIANÇA E A PSICANÁLISE, em 27 e 28 de Novembro, foi tema para discussão pela Sociedade Portuguesa de Psicanálise e pela Faculdade de Ciências de Educação da Universidade de Lisboa.



I A C P R E S E N T E

"REDESCOBRIR A CRIANÇA", encontro em que participaram Clara Castilho e Rosário Costa, em 10 de Outubro, organizado pela Escola Superior de Educação e pela Associação dos Profissionais de Educação de Infância.

NO EUROPEAN CONGRESS ON THE COMMUNITY INITIATIVES, "Human Resources", em Atenas em 19, 20 e 21 de Outubro, Manuela Eanes e Celeste Porto. Objectivos: reforçar a dimensão comunitária dos diversos países, fornecendo um contributo de conhecimentos e formas de actuação e pistas de adaptação nas diferentes realidades socioeconómicas.

"O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS", encontro seminário transnacional, no Porto, nos dias 5 e 6 de Novembro, organizado pela Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, patrocinado pela CE (iniciativa comunitária NOW). Intervieram nos debates Pedro Queirós e João Norberto. Projecto de Rua com Crianças em Risco.

ENCONTRO "MENORES EM RISCO NUMA SOCIEDADE DE MUDANÇA", dias 11, 12 e 13 de Novembro. Presentes Ana Perdigão, Maria João Malho, Aurora Fonseca, Manuela Eanes e Celeste Porto. Uma das intervenções esteve a cargo de Adelina Odete.

NA RTP INTERNACIONAL, no programa Rosa dos Ventos, no dia 18 de Novembro, Manuela Eanes abordou o tema "A criança e as actividades do IAC".

EM COIMBRA, no dia 20 de Novembro, no encontro "Criança Internada em Instituição" no Auditório da Escola Superior de Enfermagem Dr. Ângelo da Fonseca, participaram Manuela Eanes, Maria José Lobo Fernandes, José Amado, Manuel Coutinho e Maria João Malho.

"INFÂNCIA E IMAGINÁRIO", encontro organizado pelo Instituto Piaget, em 3, 4 e 5 de Dezembro no Hotel Penta. Pelo IAC, Maria João Malho.

NO PROGRAMA CHÁ DAS CINCO, na RTP 1, no dia 11 de Dezembro, Manuela Eanes e Natália Reis falaram do IAC e da situação das crianças na Bósnia.

NA VOZ DE LISBOA, um programa da Rádio Renascença, em 17 de Dezembro, Arlete Pereira falou com Manuela Eanes sobre o IAC, a criança e o Natal.

LITERATURA PARA CRIANÇAS, encontro na Gulbenkian, Manuela Eanes fez intervenção na sessão de abertura.

AINDA HÁ CRIANÇAS EM RISCO

NÃO é novidade para ninguém dizer que através dos tempos sempre houve crianças em risco, infelizes, maltratadas, negligenciadas ou abandonadas. Só que antigamente não se ouvia falar nelas com tanta frequência, porque os direitos das crianças eram sistematicamente esquecidos e ninguém os fazia prevalecer.

Hoje continuam a existir crianças em risco. A diferença básica em relação ao passado é que os casos são mais conhecidos e mais permeáveis à intervenção da comunidade.

É certo que a estrutura familiar perdeu alguns elos de ligação que a tornavam uma rede coesa. Antigamente, às crianças encontravam na família o suporte afectivo que as fazia crescer. A educação era repartida pela família, quase não havia tempo para ser criança.

É igualmente verdade que o ser criança e as atitudes a ter perante ela também sofreram grandes alterações. Hoje não se admitem certos comportamentos repressivos que antigamente eram tidos como educativos.

Os tempos mudaram, hoje reconhece-se às crianças o valor que elas efectivamente têm e respeita-se a sua individualidade. A sociedade tende a humanizar-se, tende a intervir com grande força e empenho, está atenta e não tolera situações que possam denegrir os Direitos da Criança.

Desde que iniciámos a nossa actividade, foram milhares os apelos de crianças, ou jovens, e adultos, que solicitaram a nossa intervenção.

A todos demos a resposta possível, tentámos ser sempre claros e eficazes.

Sabemos que com a nossa sempre atenta actuação, aliada ao fácil acesso que os utentes têm ao SOS Criança, leva-nos a afirmar que deste modo temos prevenido muitas situações de risco.

Há alguns anos já que se desenvolve um movimento social da criança, sem que quem quer que seja tenha tomado essa iniciativa. Surgiu como uma evolução natural em terra vulcânica onde continuamente surgem, aqui e além, focos e a ciência contribui para que se pode-se considerá-la como a iniciadora do movimento social da criança. A higiene começou a combater a mortalidade infantil e a guarda demonstrou-se que a criança era uma vítima de trabalho infantil, um mártir desconhecido, um condenado a pena perpétua.

S.O.S.
C R I A N Ç A

a infância, quando fim tempo de e infância também.

Ma

Na resposta e no encaminhamento das situações, muitas vezes também temos as nossas dificuldades, mas não desistimos, nem sempre os assuntos têm a brevidade que desejamos, porque também nós fazemos parte de uma rede complexa que aos poucos vai sendo afinada. No entanto, consideramos que o balanço do nosso trabalho é muito positivo.

O SOS Criança tem conquistado um lugar importante que, hoje em dia, é encarado com a seriedade das pessoas como um serviço de primeira necessidade.

Começámos por funcionar no período da tarde, mas cedo constatámos que era manifestamente insuficiente. Alargámos o horário ao período da manhã, até ao meio-dia, e preenchemos o horário das 9h30 às 18h30, de segunda-feira a sexta-feira. Mais recentemente, criou-se também um espaço de atendimento de apartado, especialmente destinado àqueles que não podem telefonar, ou que preferem expor o seu problema por escrito.

Os técnicos que passaram pelo SOS Criança, e os que nele trabalharam, foram e são construtores dos valores essenciais à humanidade. O SOS Criança é um serviço com estas características. |



1. EQUIPA

O SOS Criança é um serviço do Instituto de Apoio à Criança cuja equipa é constituída por cinco elementos: dois assistentes sociais, um psicólogo, uma educadora de infância e uma escriturária.

Esta equipa multidisciplinar funciona sempre que necessário e assim é complementado, com grupos de estagiários, quer ligados à área da psicologia, quer à área do serviço social, e em colaboração com outros profissionais ligados (ou não) ao IAC (advogados, professores, médicos, etc.).



2. FUNCIONAMENTO

2.1. Coordenação

Funciona de uma forma descentralizada, dando assim uma certa autonomia e responsabilidade a todos os elementos da equipa, nas suas multifunções. No entanto, esta é representada por um dos elementos, que funciona como órgão mediador na resolução e decisões a tomar no interior da equipa.

ENCAMINHAMENTO — Este é realizado por um assistente social, com o objectivo de:

- Denúncia de situação aos serviços competentes;
- Interaajuda institucional: informação/reflexão/disponibilização de recursos;
- Procura de resposta adequada ao bem-est biopsicossocial da criança.

SECRETARIADO — Este serviço é assegurado por uma secretária que dá apoio aos diferentes serviços.



2.2. Serviços

ATENDIMENTO TELEFÓNICO — É assegurado por três técnicos em regime de *roullement*, a funcionar num horário geralmente rotativo, entre as 9h30 e as 18h30, de 2ª a 6ª feira (excepto feriados).

TELEFONE: 793 16-17.

ATENDIMENTO PERSONALIZADO — É efectuado por um assistente social e, em certos casos, constitui um complemento ao serviço telefónico, podendo também ser solicitada a presença de outros técnicos, neste caso com marcação prévia.

APARTADO — Constitui uma alternativa ou complemento ao atendimento telefónico. As respostas são geralmente elaboradas por dois técnicos, dependendo do tipo de apelo. As cartas são enviadas para:

SOS Criança — Apartado 1582
1014 Lisboa Codex.

2.3 Avaliação/formação

Cabe aos técnicos do SOS Criança:

- Troca de informação: reflexão acerca das situações;
- Avaliação do encaminhamento das situações;
- Captação geral dos indicadores de sucesso;
- Elaboração de estatísticas através de fichas do apelante;
- Sensibilização/informação/formação:
 - reflexão com outras instituições;
 - participação em encontros/seminários;
 - intervenção em órgãos de comunicação social;
- Teorização da acção;
- Pesquisa/estudos — Formação contínua.



A LGUÉM liga 793 16 17 e uma voz do outro lado responde suavemente: SOS Criança...

Por vezes é apenas a curiosidade de saber o que é o serviço, necessidade de uma informação, mas quantas vezes é o problema que angustia e de tal forma a voz custa a sair, as palavras balbuçadas a medo, depois com mais confiança, confortados por finalmente alguém se dispor a ouvir...

O SOS é um serviço de atendimento telefónico que procura orientar e encaminhar as situações que chegam até si, quer sejam postas pelas crianças e jovens ou apresentadas pelos adultos.

E se a maioria das chamadas telefónicas são feitas por crianças e jovens, são já muitos os adultos que recorrem ao SOS, colocando questões acerca dos seus próprios filhos — de saúde, escolares, comportamento — ou a denúncia de situações de risco para as crianças da comunidade onde estão envolvidos.

Cada vez mais a comunidade está sensibilizada para a problemática das crianças em risco, apercebendo-se de que a responsabilidade é de todos e ninguém é ilibado numa situação que poderá ser fatal.

Assim, o SOS Criança, com a garantia do anonimato e da confidencialidade, torna-se um importante meio na detecção de situações problema e na prevenção de situações de risco.

Porém, o SOS não poderia, sozinho, dar resposta a uma problemática tão complexa. O serviço age em colaboração com entidades e organismos locais, tentando dar resposta a cada situação apresentada.

E se, por um lado, muitas chamadas telefónicas terminam com o desligar do telefone, outras são encaminhadas para serviços locais, quer indicando ao apelante onde se dirigir ou fazendo o encaminhamento directo da situação. O serviço SOS dispõe de um serviço de orientação e encaminhamento das chamadas telefónicas cuja problemática o justifica.

Normalmente, as situações são encaminhadas ou para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no caso da cidade de Lisboa, ou para o Centro Regional de Segurança Social, quando são localizadas fora da cidade.

Outras situações, de acordo com a sua gravidade, ou porque reúnem já o número de elementos que permite uma primeira análise da situação, são directamente

encaminhadas para o Tribunal Tutelar de Menores ou para o Tribunal Judicial da comarca.

Um conjunto ainda de situações são encaminhadas para os Centros de Saúde locais, pedindo às assistentes sociais desses centros uma intervenção junto da família, na medida em que a problemática se relaciona com cuidados de saúde.

Quando os elementos referentes às situações são poucos, o que não nos permite, à partida, um encaminhamento da situação, torna-se importante pedir a colaboração da escola, junta de freguesia e outras instituições que permitam reunir o maior número de elementos possíveis para o encaminhamento da situação; e não raras vezes esse pedido passa também pela PSP ou GNR, de modo a ser feita uma identificação da situação.



Temos consciência de que a problemática das crianças em risco não pode deixar de envolver todos os organismos e entidades locais e que só assim se poderá encontrar uma solução adequada a cada criança. É importante a disponibilização de todos os recursos comunitários, num esforço de promoção da qualidade de vida de cada criança e do seu bem-estar biopsicossocial.

Para além da mobilização institucional, não podemos esquecer a importância da sensibilização da comunidade e da sua responsabilização. O SOS tem feito um trabalho neste sentido, disponibilizando-se para contactos com órgãos da comunicação social sempre que lhe é pedido e deslocando-se às escolas e outros locais, sempre na perspectiva de sensibilização da comunidade ou de interlocutores privilegiados junto das crianças, afirmando que é tarefa de cada um a denúncia de situações, responsabilizando todos na prevenção de situações de risco.■

UM DIREITO À PALAVRA

O SOS Criança é uma resposta telefónica alternativa aos problemas da criança, do jovem e também do adulto, desempenhando um papel de facilitador na exposição e apresentação dos problemas.

Este serviço, como qualquer outro, tem vantagens e desvantagens. Vantagens na medida em que garante o anonimato e a confidencialidade, em que permite a invisibilidade dos interlocutores, permite estabelecer uma relação com o técnico da própria casa, é uma alternativa a uma fila ou sala de espera. Desvantagens no sentido de identificar e avaliar de imediato o grau de risco da situação que é apresentada, levando por sua vez à articulação com os serviços da comunidade, a fim de averiguarem da veracidade da situação.

É importante referir que o serviço SOS Criança tem como princípio básico a prevenção e o despiste de situações de risco e a sua orientação e encaminhamento para os serviços competentes, da própria comunidade.

Este serviço é uma das muitas medidas, tendentes à efectivação dos direitos da criança e ao mesmo tempo do homem.

Hoje a criança vive uma dialéctica de ser sujeito de Direitos e sujeito de Obrigações.

Na sociedade de hoje, a criança enfrenta dois problemas: a crise na relação familiar e a crise na intervenção dos serviços sociais e jurídicos junto dos menores.

Actualmente, torna-se necessário reconhecer que a posição da criança junto da Família sofreu alterações: alterações essas que estão ligadas com as mudanças significativas na instituição familiar sentidas desde 1975, aos níveis dos modos, tipos de relação, planeamento familiar.

Podemos dizer que a criança passou a nascer e nasce em função de uma negociação feita entre o casal e a família. Um factor que podemos referir como influente nesta mudança é sem dúvida a emancipação da mulher.

Passando para o plano da criança, quando ela diz "Eu não pedi para nascer" é o querer dizer ou chamar a atenção dos pais para o diálogo e a sua presença. E ao mesmo tempo a necessidade de a exprimir e de comunicar, assumindo um carácter reivindicativo dos seus direitos.

Enquanto serviço telefónico, pretende dar acima de tudo a palavra à criança. A palavra da criança deverá ser

autónoma-livre e não administrativo-jurídica, porque esta baseia-se na interdição e não na informação.

O ser escutante ou técnico neste tipo de serviço exige pessoal especializado e principalmente uma equipa interdisciplinar com formação específica para o trabalho que vai desenvolver.

Assim, podemos apresentar de forma esquemática o processo de comunicação estabelecido:



Para além dos direitos obrigatórios da criança, há outros direitos a considerar como a livre expressão, a livre comunicação e a livre opinião.

A nova filosofia dos direitos humanos e a nova política social conduz-nos à reflexão sobre a Ética e sobre a Ética da criança.

É necessário que os pais/família e a sociedade criem na criança e no jovem uma consciência colectiva e permanente.

Actualmente, as mudanças sociais e a lógica institucional leva-nos a falar mais sobre o problema da criança e da família. Os próprios efeitos da sociedade moderna implicam o homem no debate e na discussão de problemas da relação humana e dos próprios direitos. ■